



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS 3D E PLOTER.

(LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL).

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA, por meio da Equipe de Pregão da Central de Licitações, Compras e Contratos, designada pela Portaria n.º 211/2019, de 20/12/2019, publicada em 27/12/2019 e Portaria da Controladoria Geral do Município n.º 002/2018, de 02/03/2018, publicada em 09/03/2018, com fulcro na Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Municipal n.º 6.928, de 18/05/2007, o Decreto Municipal n.º 17.959/2019 de 20/12/2019, o Decreto Municipal n.º 16.522, de 16/11/2015 e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria, conforme processo administrativo n.º **7181103/2019**, e de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO visando atender à Secretaria de Educação. O Edital encontra-se disponível no site portaldecompras.vitoria.es.gov.br, bem como na página do provedor www.licitacoes-e.com.br, por meio do n.º de licitação **806518**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - *criptografia e autenticação* - em todas as suas fases.
- 1.2. Os atos do pregão serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade.
- 1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e".
- 1.4. **INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: DIA 05/03/2020.**
- 1.5. **ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 13:00 HORAS DO DIA 19/03/2020.**
- 1.6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: ÀS 13:30 HORAS DO DIA 19/03/2020.**
- 1.7. Formalização de consultas: Observado o prazo legal (três dias úteis antes da abertura da sessão), os interessados poderão formular consultas pelo e-mail: luizclaudio@vitoria.es.gov.br, informando o número do Pregão Eletrônico. Contatos podem ser realizados pelo Telefone: (27) 3382-6037/6074.
- 1.8. Endereço para envio de correspondências: Central de Licitações (SEGES/GCL/CCL) - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 - 2º piso - Bloco "B" - Bento Ferreira - Vitória - Espírito Santo - CEP 29050-945.
- 1.9. Pregoeiro responsável Suplente: **Luiz C. dos S. Pereira.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS 3D E PLOTER.**
- 2.2. Havendo divergência entre as especificações constantes do provedor e deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. As despesas para a aquisição dos materiais decorrentes da presente licitação correrão à conta da Dotação Orçamentária: 14.01.0012.361.0004.1075 - Elemento de Despesa: 4.4.90.52.19 e 4.4.90.30.99 - Fonte do Recurso: 1.130.0412.0000 (FINISA – EDUCAÇÃO).

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. Às licitantes poderão ser aplicadas, ainda, as seguintes sanções, além das responsabilidades por perdas e danos:

I – Advertência: nos casos de:

- a) Desistência da proposta, devidamente justificada.
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada.

II – Multa, nos seguintes casos e percentuais:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado.
- b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual.
- c) por desistência da proposta, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta.
- d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato, a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta.
- e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 01 (um) ano.
- b) por desistência da proposta, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 02 (dois) anos.
- c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber, o Contrato, a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 03 (três) anos.
- d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento: até 04 (quatro) anos.
- e) por deixar de entregar, ou entregar em desconformidade, os documentos/propostas/ amostras: até 02 (dois) anos.
- f) por apresentar documentos falsos ou falsificados: até 05 (cinco) anos.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

5.2. As multas previstas no inciso II serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

5.3. As sanções previstas nos incisos I e III do item 5.1, poderão ser aplicadas com a do inciso II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.4. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

5.5. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

5.6. A sanção prevista no inciso IV, do item 5.1 é da competência da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

5.7. As demais sanções previstas nos incisos I, II e III do subitem 5.1 são da competência da Gerência de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do certame os interessados que atenderem à todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, possuidores de chaves de identificação e senha fornecidas pelo provedor.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- 6.2.2. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, em face das hipóteses previstas no artigo 87, da Lei n.º 8.666/93;
- 6.2.3. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- 6.2.4. Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
- 6.2.5. Estejam enquadradas no disposto do art. 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;
- 6.2.6. Que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual;
- 6.2.7. Que, embora qualificadas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 7.1.1. Coordenar o processo licitatório da modalidade Pregão, forma Eletrônica;
 - 7.1.2. Conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
 - 7.1.3. Elaborar as minutas de editais;
 - 7.1.4. Designar Membro da Equipe de Apoio para efetuar o registro do edital no sistema eletrônico do provedor;
 - 7.1.5. Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado, se necessário, pelas unidades gestoras e pelos setores técnicos e jurídicos competentes;
 - 7.1.6. Garantir a harmonia durante a sessão pública;
 - 7.1.7. Receber as propostas de preços e a documentação de habilitação, na forma estabelecida pelo edital;
 - 7.1.8. Acompanhar e julgar a melhor proposta de preço;
 - 7.1.9. Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e classificar as propostas de menor preço, observando o dispositivo na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores;
 - 7.1.10. Verificar e julgar as condições de habilitação;
 - 7.1.11. Indicar o vencedor do certame;
 - 7.1.12. Receber os recursos encaminhando a autoridade competente para possível ratificação do julgamento;
 - 7.1.13. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
 - 7.1.14. Encaminhar os autos do processo, devidamente instruído, a autoridade competente para homologação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

7.1.15. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas em edital.

8. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-E

8.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País, através de um cadastramento simplificado.

8.3. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da ADMINISTRAÇÃO municipal, devidamente justificadas.

8.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

8.5. O credenciamento do Licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

9.2. As propostas dos fornecedores poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para abertura das propostas, neste Edital.

9.3. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, bem como atendimento às demais exigências deste instrumento, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.

OBSERVAÇÃO: a informação dos dados para acesso deve ser feita por meio do site www.licitacoes-e.com.br, no link "Acesso Identificado".

9.4. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

9.5. O Licitante que se manifestar conforme o subitem acima e vier a ser desclassificado ou inabilitado, está ciente de que PODERÁ ser instaurado processo administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.6. As propostas dos fornecedores poderão ser enviadas, substituídas e excluídas e replicadas no sistema até a data e hora definidas no edital para abertura das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

9.7. Caberá ao Licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico (e-mail) indicado neste edital.

10.2. As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

10.3. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.4. O pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório será encaminhado ao pregoeiro por meio do endereço eletrônico (e-mail) indicado neste edital.

10.5. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

10.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal de compras e no sistema do provedor e vincularão os participantes e a administração.

10.7. A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, via sistema, DEPOIS DE DECLARADO O VENCEDOR da disputa pelo Pregoeiro. O sistema aceitará a intenção do licitante, inicialmente, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O licitante desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso no mesmo momento.

10.8. A manifestação da intenção de recurso, na forma do subitem anterior, deverá ser registrada em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA PARA ACOLHIMENTO DE RECURSO, a ser disponibilizado apenas após declarado o vencedor da disputa. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por outro meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, fax, carta, etc.).

10.9. Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de seu recurso, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, a partir da data do término da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

10.10. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante, e/ou não motivadas.

10.11. Para interposição de impugnação e/ou recurso, o licitante deverá juntar, ao menos, cópia do contrato social da empresa e procuração (esta última para o caso de o representante não possuir poderes para agir em nome da empresa no contrato social).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

10.12. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

10.13. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao Licitante vencedor.

10.14. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

10.15. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA DO BANCO PROVEDOR

11.1. Após a divulgação do edital no sistema provedor, **os licitantes interessados encaminharão**, para cada lote que participar, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos exigidos neste instrumento para habilitação, proposta comercial com o valor ofertado, até a data e horário estabelecidos para abertura das mesmas.**

11.1.1. Para que não restem dúvidas, o valor ofertado pelo sistema à título de proposta comercial preliminar, será **digitada** em campo próprio do sistema.

11.2. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se até 02 (duas) casas decimais. Embora o julgamento seja por lote, a quantidade de casas decimais deverá ser preservada também no valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais etc., bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do produto, com base nas especificações do ANEXO I.

11.3. O valor a ser cadastrado no sistema do Banco Provedor deverá referir-se ao valor global para o lote, e não ao valor unitário.

11.4. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do Edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos licitantes apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

11.5. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

11.6. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade das propostas com as exigências deste instrumento, sendo que, a falsidade da aludida declaração sujeitará o declarante às sanções previstas neste edital.

11.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até o início da etapa de abertura das propostas.

11.8. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.9. A PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, inserida no sistema do provedor antes da disputa, não poderá conter qualquer informação que torne possível a identificação da licitante até a conclusão da fase de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

11.10. As empresas deverão, obrigatoriamente, considerar todos os itens contidos no lote para formulação das propostas. As licitantes que não atenderem rigorosamente esta condição serão desclassificadas.

11.11. **A(S) MARCA(S)** deverá(ao) ser informada(s), obrigatoriamente, no campo **“informações adicionais”** do sistema do banco provedor no momento em que as propostas forem cadastradas, sendo que também deverão ser informadas na proposta comercial escrita que nos será enviada após o momento em que a empresa for declarada arrematante. As empresas que não atenderem rigorosamente este item serão desclassificadas.

11.12. A empresa que cadastrar mais de uma marca para o mesmo produto ofertado (DENTRO DE UM MESMO ITEM) será considerada DESCLASSIFICADA.

11.13. Os licitantes que desejarem invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na lei complementar 123/2006 e suas alterações, deverão fazê-lo, obrigatoriamente, em campo próprio do sistema. Ao acessar o site com sua chave e senha, será apresentada a tela para identificação do tipo (segmento) da empresa. A microempresa ou empresa de pequeno porte que não invocar os benefícios previstos na lei complementar 123/2006, neste momento, não poderá fazê-lo posteriormente.

11.13.1. Os licitantes que se enquadrarem como Microempreendedor Individual – MEI, deverão se cadastrar no sistema do banco provedor com o segmento Microempresa, para obter os benefícios da supracitada Lei Complementar e suas alterações.

12. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DO MODO DE DISPUTA

12.1. Para julgamento das propostas será adotado critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

12.2. Para envio de lances na etapa competitiva, será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

12.3. Serão desclassificadas as propostas que:

12.3.1. Não atenderem as disposições contidas neste edital;

12.3.2. Apresentarem preço incompatível com os preços de mercado;

12.3.3. Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais Licitantes.

13. DA ABERTURA E DA SESSÃO DE DISPUTA

13.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

13.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante utilização de sua respectiva chave de acesso e senha.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

13.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

13.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

13.6. É defeso ao pregoeiro proceder à desclassificação de propostas, antes do início da fase competitiva, apresentadas em valor superior ao preço referencial.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

13.8. Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

13.9. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.10. O tempo mínimo de lances intermediários será de 20 (vinte) segundos e o tempo mínimo de cobrir a melhor oferta será de 03 (três) segundos, garantindo a isonomia dos participantes para o lote.

13.11. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

13.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

13.13. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

13.15. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo licitante.

13.16. Serão adotados, para o envio de lances no pregão eletrônico, observado aquele aleito neste instrumento, os seguintes modos de disputa:

I - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

13.17. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

13.17.1. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

13.17.2. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

possam ofertar um lance final e fechado, em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do referido prazo.

13.17.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

13.17.4. Na hipótese de nova ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será, de igual forma, sigiloso até o encerramento do aludido prazo.

13.17.5. Na hipótese de não haver licitante classificado, na etapa de lance fechado, que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

13.18. Encerrados todos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

13.19. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.19.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.20. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n.º 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese. Neste momento o Pregoeiro adotará os procedimentos referentes aos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, como segue:

13.20.1. O procedimento de empate (lances classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores ao da empresa declarada arrematante) será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o recebimento de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para o Pregoeiro o botão “Convocar” que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que esta deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

13.20.2. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do certame.

13.20.3. Apenas terão direito aos benefícios acima mencionados as empresas que tiverem se manifestado como enquadradas nos termos da LC 123/06, na forma prevista neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

13.21. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

13.22. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

13.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

13.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.24. O licitante deverá, após a solicitação do pregoeiro no sistema, enviar proposta e, se necessário, os documentos complementares solicitados, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

13.25. Encerrada a etapa de negociação e encaminhada a proposta adequada ao último lance, o pregoeiro examinará aquela classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços unitários e global, em relação ao máximo estipulado para contratação, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item posterior.

13.26. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1.1. Os **documentos exigidos para habilitação** no certame e comprovação da condição de microempendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte **serão encaminhados concomitantemente à proposta de preços preliminar (antes da abertura das propostas)**, na forma e prazo previstos neste edital.

14.1.2. Encerrada a etapa de lances, o licitante que estiver na condição de arrematante e que obter classificação de sua proposta terá o prazo de **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo Pregoeiro e/ou Membro da Equipe de Apoio, **para enviar, pelo sistema, a proposta comercial – devidamente atualizada**, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

14.1.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos disponibilizados por meio diverso que o sistema provedor, na forma prevista neste instrumento.

14.1.4. Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes.

14.1.5. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

14.1.6. O licitante deverá observar o disposto no subitem 9.7, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva, sendo de sua responsabilidade acompanhar os



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

atos praticados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados.

14.1.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

14.1.8. Na hipótese de contratação de serviços comuns, em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, juntamente com a proposta comercial definitiva, no prazo máximo de duas horas, contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, vedados arredondamentos.

14.1.9. Os originais ou as cópias autenticadas dos documentos remetidos de forma eletrônica poderão ser exigidos pelo Pregoeiro, no caso de existência de quaisquer dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, ocasião em que será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para encaminhamento dos mesmos.

14.1.10. Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do parágrafo anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta SEDEX, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao Pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

14.2. DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

14.2.1. A Proposta Comercial Definitiva deverá ser entregue, preferencialmente, datilografada/digitada, perfeitamente legível, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, devendo constar na mesma:

- I. Tabelas com valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo ANEXO (especificação do objeto da licitação) do Edital;
- II. Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- III. Prazo para entrega dos materiais, conforme estabelecido neste edital;
- IV. Indicação da MARCA que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente no sistema do banco provedor;
- V. Assinatura do representante legal da empresa, devidamente comprovado através da habilitação jurídica, ou Instrumento de Procuração atribuindo poderes ao outorgado para representar a empresa.

14.2.2. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se até 02 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços e/ou entrega do produto, com base nas especificações do ANEXO.

14.2.3. Deverão ser cotados todos os itens constantes nos lotes e na quantidade total.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

14.2.4. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

14.2.5. Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para CADA LOTE e para CADA ITEM.

14.2.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue para a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA sem ônus adicionais.

14.3. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

14.3.1. O licitante que invocar a condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou Microempendedor Individual (MEI), para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, deverá apresentar, além da documentação prevista para habilitação, a seguinte declaração:

I. DECLARAÇÃO de que, sob as penas da lei, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar n.º 123/2006, bem como não está incursa nas vedações previstas no mesmo diploma legal, conforme modelo ANEXO.

14.3.2. Caso o licitante não atenda o requisito aqui especificado, decairá do direito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, mesmo tendo invocado tal condição no banco provedor.

14.4. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

14.4.1. O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificados a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos "protocolos de entrega ou solicitação de documento" em substituição.

14.4.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.4.2.1. Para habilitação jurídica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

I. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual, com o "Objeto Social" compatível com o objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta. A empresa que apresentar Registro Comercial com Objeto Social não semelhante ao objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO ou alterações em vigor, com o "Objeto Social" compatível com o objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social não compatível com o objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

14.4.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

14.4.3.1. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- V. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII. **Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória.** (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>).

14.4.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.4.4.1. Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Atestado(s) de fornecimento(s) emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado comprovando a aptidão da licitante para o fornecimento do(s) produto(s) idêntico(s) ou similar(es) ao(s) objeto(s) licitado(s), devidamente assinado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento, compatível com o objeto desta licitação.

14.4.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.4.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

b) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

14.4.6. OUTROS DOCUMENTOS

14.4.6.1. Em atendimento à legislação vigente, deverão ser apresentadas as seguintes Declarações:

- I. DECLARAÇÃO** de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do modelo ANEXO.
- II. DECLARAÇÃO** de inexistência de fato superveniente impeditivo, na forma do modelo ANEXO.
- III.** Cópias visíveis ou originais de **MANUAIS, CATÁLOGOS E INSTRUÇÕES** que permitam uma perfeita identificação dos produtos ofertados, descritos em língua portuguesa e em consonância com todas as exigências deste Edital. A empresa que não apresentar tal documentação será desclassificada.

14.4.7. OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

14.4.7.1. Quanto à documentação exigida para fins de habilitação, a empresa licitante poderá, a seu critério, utilizar-se do SICAF exclusivamente para fins de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, sendo obrigatória, neste caso, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido, emitido pelo SICAF.

14.4.7.2. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral não isenta a empresa da apresentação dos documentos exigidos para utilização dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, da Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória, bem como demais documentos não atestados no referido certificado, necessários à habilitação da mesma no certame, nos termos deste Edital;

14.4.7.3. A dispensa de entrega dos documentos, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral, somente será possível para aqueles que estiverem válidos no SICAF.

14.4.7.4. As licitantes poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados no SICAF.

14.4.7.5. Ainda sobre a Habilitação, o pregoeiro poderá utilizar-se de documentos da licitante já constantes dos autos do respectivo processo, para fins de complementação daqueles por ventura apresentados de modo incompleto.

14.4.7.5.1. É de responsabilidade da licitante a perda de negócios decorrente da não apresentação da documentação exigida no campo próprio, para cada lote que participar.

14.4.7.6. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Vitória, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

14.4.7.7. A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pelos Pregoeiros(as) e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

14.4.7.8. Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, cujo termo inicial será o término do prazo estipulado para entrega da proposta comercial definitiva.

14.4.7.9. Caso o microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.4.7.10. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.4.7.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

15.1. Na impossibilidade de verificação da adequação do objeto, por meio da documentação apresentada, a participação na licitação implica na concordância de que, caso seja solicitado, a empresa arrematante apresentará amostra do produto no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de convocação pelo Pregoeiro ou Membro da equipe de apoio.

15.2. A amostra deve ser entregue na Fábrica de Ideias, situada à Av. Vitória, 1449 - Jucutuquara, Vitória - ES, 29040-780 - Telefone: (27) 3135-1014/3135-1006, no horário de 09 às 17 horas.

15.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e identificação do PREGÃO, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como marca, fabricante e modelo.

15.4. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos e submetidos aos testes necessários, sendo colocados à disposição para recolhimento por parte da licitante no estado em que se encontrarem:

I. Ao final da vigência do instrumento contratual ou congênere, no caso de a amostra corresponder ao vencedor do certame;

II. Até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório (Homologação).

15.5. Será rejeitada a amostra que:

I. Não corresponder à marca cotada (ofertada na proposta);



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

II. Apresentar baixa qualidade em comparação aos produtos usualmente utilizados pela administração;

III. Apresentar histórico de ocorrências relativas a problemas de qualidade devidamente comprovadas em processos anteriores, no âmbito da Administração Municipal;

IV. Apresentar divergência para menos em relação às especificações constantes no Edital;

15.6. Será DESCLASSIFICADO para o respectivo lote, o licitante que tiver sua amostra rejeitada ou deixar de apresentá-la no prazo estabelecido, quando solicitado, estando assim, passível às sanções previstas neste edital.

16. DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

16.1. Atendida todas as exigências mencionada no instrumento convocatório, e superada eventual fase de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta, desde que devidamente habilitado.

16.2. No caso de interposição de recurso e mantendo o Pregoeiro sua decisão, a adjudicação do objeto ao vencedor caberá à autoridade competente.

16.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para receber a Autorização de Fornecimento (AF), visando a execução do objeto licitado.

16.4. O Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, para aceitar a Autorização de Fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

16.5. Se o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, para retirar a Autorização de Fornecimento (AF) não mantiver as mesmas condições de habilitação estará sujeito às sanções previstas neste instrumento e no art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e alterações. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço ofertado.

16.6. A Autorização de Fornecimento (AF) poderá ser rescindida e/ou cancelada pelo MUNICÍPIO:

III. Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo MUNICÍPIO desde que haja conveniência para a Administração;

V. Judicialmente, havendo decisão nesse sentido.

16.7. A entrega ocorrerá de forma única, imediata e integral, bem com a instalação no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Autorização de Fornecimento – AF.

16.8. A critério da contratante, o prazo de entrega mencionado no subitem anterior, poderá ser dilatado em virtude da quantidade dos itens a serem entregues.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

16.9. A entrega e instalação deverá ser realizada no seguinte endereço: Fábrica de Ideias, situada à Av. Vitória, 1449 - Jucutuquara, Vitória - ES, 29040-780 - Telefone: (27) 3135-1014/3135-1006.

16.10. Os equipamentos devem ser instalados na sua totalidade, estando inclusos todos os acessórios necessários para a montagem e perfeito funcionamento.

16.11. O horário de recebimento será de 09 às 17 horas.

16.12. O local de entrega poderá sofrer alteração, a critério da administração, mediante prévia comunicação ao Fornecedor.

16.13. Os serviços serão executados conforme especificações do Anexo I deste Edital.

16.14. A entrega deverá acompanhar cópia da Autorização de Fornecimento - AF ou a Nota Fiscal deverá ser consignada os dados principais do processo de aquisição (n.º Processo, n.º AF) a fim de facilitar o recebimento do objeto e agilizar o processo de pagamento.

16.15. O fornecedor deverá atentar para o cumprimento do prazo, sob pena de aplicação de penalidade em caso de atraso injustificado.

16.16. O FORNECEDOR deverá garantir a qualidade do objeto, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

16.17. Conforme artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto e projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

16.18. O recebimento será realizado com base nos arts. 69, 73 e 76 da Lei 8.666/93 e obedecerá ao seguinte:

I. PROVISORIAMENTE, no ato da entrega, pelo setor de almoxarifado da unidade requisitante ou pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

II. DEFINITIVAMENTE, após a verificação de qualidade e quantidade e consequente aceitação pela unidade requisitante.

16.19. A aceitação provisória do objeto será condicionada aos seguintes procedimentos:

I. O responsável pelo recebimento observará/verificará os dados da nota fiscal, quantidade, números de série (se houver), número de Grupo/Item, marca e modelo (se houver), etiquetas do fabricante, condições de manuseio e armazenamento, condições de integridade das embalagens, tomando demais procedimentos julgados necessários.

II. O Fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções mesmo que no recebimento provisório.

16.20. A aceitação definitiva obedecerá ao seguinte:

I. Em caso de equipamentos, somente serão avaliados depois de montados para que se possa analisar os requisitos exigidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

II. A equipe responsável pelo ateste definitivo poderá submeter todos os itens ou parte do objeto a testes para averiguação de conformidade visando atestar todas as características técnicas exigidas na licitação, emitindo o RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

III. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o objeto poderá ser recusado de pronto, mediante Termo de Recusa, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

IV. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o pactuado, ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito o fornecedor para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo de cinco (05) dias.

16.21.O fornecedor fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho ou contrato, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

16.22.A eventual reprovação não implicará em alteração nos prazos, nem eximirá o(s) compromissário(s) fornecedor(es) das aplicações das sanções pertinentes.

16.23.A Prefeitura de Vitória não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados aos bens rejeitados, sendo que os custos de sua substituição correrão exclusivamente a expensas do fornecedor.

16.24.O objeto desta licitação deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, com garantia contra defeitos de fabricação, sem custos adicionais de frete e/ou de reinstalação ou troca de componentes.

17. DAS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização será realizada pelo servidor Daniel Moreira dos Santos (EMEFTI – Prof. EPS), telefone: (27) 3314-0726/3132-8192, e Ivanor Weiler Júnior (SEME/CCEC e ECF), telefone: (27) 32323-3556, ou por outro servidor designado pelo Secretário da Pasta, nos termos do Art. 67, da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar a o recebimento dos materiais.

17.2. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste Edital.

17.3. Os questionamentos e impugnações recebidos pelo Pregoeiro que extrapolem sua competência serão encaminhados aos responsáveis da secretaria requisitante, para que seja efetuada a devida análise e manifestação em cada caso.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de entrega dos produtos ou execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

18.2. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE SERVIÇO.

18.3. A atestação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

18.4. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviço; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

18.5. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

18.6. Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

- I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;
- II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;
- III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

18.7. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- V. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>.);

18.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação da entrega.

18.9. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

18.10. O requisitante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

19. DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

19.1. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Edital, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

19.2. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Coordenação de Contratos, da Gerência de Licitações e Contratos, da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, do Município de Vitória.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. DA CONTRATADA

20.1.1. Fornecer os materiais, estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, bem como no prazo e quantitativos estabelecidos pelo requisitante, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento pelo fiscal, estarem em desacordo com as referidas especificações;

20.1.2. Verificar os direitos assegurados à Administração pelo art. 69 da Lei n.º 8.666/93 e artigos 12 a 14, e 18 a 25 da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

20.1.3. Entregar o (s) material (is) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações;

20.1.4. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

20.1.5. Todo equipamento entregue em substituição àquele defeituoso terá sua garantia contada a partir da data do novo recebimento definitivo;

20.1.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

20.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Vitória.

20.2. DA CONTRATANTE

20.2.1. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos bens recebidos dentro do prazo estabelecido na legislação;

20.2.2. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido.

20.2.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

20.2.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos, por servidor especialmente designado.

20.2.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato/entrega, bem como por qualquer dano



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou cancelamento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.2. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, obedecidos os princípios que norteiam os atos da Administração Pública.

21.5. As decisões referentes a este processo Licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio, inclusive eletrônico e mediante publicação no veículo de comunicação oficial do Município.

21.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

21.7. A participação do Licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.

21.8. A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.9. É facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta e/ou habilitação.

21.10. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, na forma do Art. 57, §1º da Lei 8.666/93, a critério da Administração, devendo ser justificado por escrito, ou desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

21.10.1. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

21.10.2. Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

21.10.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

21.10.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no edital, nos limites permitidos na Lei 8666/93;

21.10.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;

21.10.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

21.11.O Pregoeiro poderá desclassificar licitantes até a assinatura do Contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

21.12.As informações e esclarecimentos relativos a presente Licitação serão fornecidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

21.13. Antes da adjudicação do objeto da licitação o órgão contratante poderá designar uma comissão para vistoriar “in loco” a disponibilidade do proponente vencedor em atender as demandas previstas. A vistoria será efetuada após a sessão que declarar o arrematante da licitação, devendo o proponente neste ato, indicar o endereço para a visita aqui tratada. A comissão de vistoria deverá ser composta por servidores do Município de Vitória, que poderão contar com apoio técnico de terceiros contratados. A comissão emitirá um relatório com parecer fundamentado que integrará o processo de contratação, recomendando ou não a adjudicação. (Lei 8.666/93 - art. 43 § 3º).

21.13.1. A vistoria deverá ser feita no município de Vitória ou Grande Vitória, caso contrário a empresa deve assumir todas as despesas com o deslocamento da equipe da PMV responsável pela visita técnica.

21.14. As comunicações relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama ou por fax no endereço constante neste edital.

21.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja outra comunicação por parte do Pregoeiro.

Vitória/ES, 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ C. DOS S. PEREIRA
Pregoeiro Municipal Suplente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO I (DO EDITAL)- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL).

O objeto desta licitação é a **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS 3D E PLOTER**, conforme especificação e lote abaixo:

- a) A Proposta Comercial deverá ser elaborada atendendo as disposições estabelecidas neste Edital;
- b) Os valores (R\$) informados na tabela abaixo refletem o preço referencial obtido na pesquisa de preços, sendo, portanto, o preço máximo admitido;
- c) O valor a ser cadastrado no sistema do Banco Provedor deverá referir-se ao valor global para o lote, e não ao valor unitário;
- d) A empresa licitante deverá cotar a quantidade total estabelecida abaixo. Não serão aceitas propostas que contemplem apenas parte do quantitativo ou que não contemplem todos os itens do lote.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CÓDIGO PMV: 2.94.03.0614-6 Filamento para impressora 3D - PLA Filamento PLA para impressora 3D; tamanho do carretel (D x A): 200 milímetros x 65 milímetros; diâmetro furo: 50 milímetros; diâmetro: 1,75mm; peso líquido: aproximadamente 1,0 Kg. Nas seguintes cores: preto, amarelo, azul, vermelho e branco.		UN	10	R\$ 125,11	R\$ 1.251,10
02	CÓDIGO PMV: 2.94.03.0615-4 Filamento para Impressora 3D- ABS Filamento ABS para impressora 3D; tamanho do carretel (D x A): 200 milímetros x 65 milímetros; diâmetro furo: 50 milímetros; diâmetro: 1,75mm; peso líquido: aproximadamente 1,0 Kg. Nas seguintes cores: preto, amarelo, azul, vermelho e branco.		UN	20	R\$ 103,86	R\$ 2.077,20
03	CÓDIGO PMV: 2.94.03.0616-2 Filamento para impressora 3D - PETG Filamento PET G para impressora 3D; tamanho do carretel (D x A): 200		UN	10	R\$ 125,93	R\$ 1.259,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	milímetros x 65 milímetros; diâmetro furo: 50 milímetros; diâmetro: 1,75mm; peso líquido: aproximadamente 1,0 Kg. Nas seguintes cores: preto, amarelo, azul, vermelho e branco.					
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ 4.587,60

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CÓDIGO PMV: 5.52.19.0287-9 IMPRESSORA 3D - CÂMARA ABERTA Complemento: Impressora 3D dotada de tecnologia: FFF/FDM. Descrição Técnica: Impressora 3D dotada de Tecnologia: FFF/FDM (Fabricação por Filamento Fundido). Adequada para a Utilização do insumo de impressão plástico PLA e ABS. Câmara aberta. Faixa de Resolução: de 300 a no mínimo 100 microns. Tensão de Operação: 110/220v com reconhecimento automático. Tamanho aproximado do equipamento: Profundidade - 320mm; Largura - 320mm; Altura - 390mm (tolerância de +- 5%) Área de impressão mínima: 180mm x 180mm x 100mm (tolerância de +- 5%). Mesa de impressão com controle de temperatura e plataforma aquecida. Precisão de impressão "mínimo": 100 microns a 300 microns (0.1 a 0.3mm). Suporte a arquivos STL. Suporte a filamento 3mm. Fornecida com 4 rolos de 1KG cada um de plástico para impressão nas cores: branco, preto, vermelho e amarelo. Peso máximo de 15 Kg. Formatos de arquivo suportados (mínimo): STL, .obj, .dae, .3ds, .dxf, .lwo, .x, .blend, .ply, .ac, .bvh. Sistemas operacionais suportados (mínimo): Windows XP, Windows 7,		UN	3	R\$ 5.249,38	R\$ 15.748,14



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	Windows 8, Windows 10, Linux. Potência mínima: 120W Diâmetro máximo do bico: 0,4mm. Conectividade (mínimo): USB e cartão SD (funcionamento stand alone). Estrutura metálica: Aço carbono com pintura epoxi. Deverá ser fornecida com 1 rolo de 1kg, diâmetro de 3,00mm, de filamento PLA na cor branca Deverá ser fornecida com 1 rolo de 1kg, diâmetro de 3,00mm, de filamento PLA na cor preta Deverá ser fornecida com 1 rolo de 1kg, diâmetro de 3,00mm, de filamento PLA na cor vermelha Deverá ser fornecida com 1 rolo de 1kg, diâmetro de 3,00mm, de filamento PLA na cor amarela Assistência Técnica e garantia: A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses.					
02	CÓDIGO PMV: 5.52.19.0288-7 IMPRESSORA 3D - CÂMARA FECHADA Complemento: Impressora 3D (modelo de referência Sethi3D S3 ou GTM X3D Pro Core H4). Especificações técnicas: Tecnologia: FFF/FDM (Fabricação por Filamento Fundida); Gabinete totalmente fechado; Gabinete em Aço Carbono com pintura; Porta frontal em acrílico para fácil visualização da área de impressão; Módulo de LCD integrado; Backup da calibração da impressora no Cartão SD; Atualização do Firmware (software interno da impressora) por Cartão SD Autonivelamento da mesa de impressão; Mesa de impressão com aquecimento. Sensor de detecção de final de filamento; Troca automatizada do filamento; Display LCD com entrada para cartão SD, não sendo necessária a conexão de um PC para se efetuar a impressão; Controle da iluminação interna da área de impressão;		UN	3	R\$ 9.035,89	R\$ 27.107,67



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	Conexão com computador por porta USB. Extrusor com bico de Aço Inoxidável de 1.75mm; Altura de camada ajustável de 0.1 mm ou menor a 0.3mm ou menor; Material para impressão: ABS, PLA, Nylon, entre outros. Área de impressão: X = igual ou maior que 270 mm (largura); Y = igual ou maior que 200 mm (profundidade); Z = igual ou maior que 320 mm (altura); Software para controle da operação do equipamento incluso. Sistema operacional: Windows 7 e Windows 10. Formato de arquivo para impressão: STL entre outros; Alimentação: 127v ou 220v ou bivolt automática ou com chave seletora; 6 cargas de filamentos de ABS de 1,75 mm de diâmetro em diferentes cores (preferencialmente nas cores verde, amarelo, vermelho, azul, preta e branca). ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL.					
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ 42.855,81

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CÓDIGO PMV: 5.52.19.0291-7 IMPRESSORA PLOTTER Complemento: Impressora Plotter de rolo com pedestal com 36 polegadas (91cm) - Imprime de A0 a A4; Pedestal incluso; 27 s/página em A1/D, 79 impressões em A1/D por hora, Memória de 1GB. Resolução: 2.400 x 1.200; Suporte para rolo de papel padrão; Jato de tinta; Alta precisão de cores; Com ajuste de cor; Conexão em rede gigabit, Wireless e porta USB 2.0 (padrão); Cabeça de impressão trocada pelo usuário; Sistema de detecção e compensação		UN	1	R\$ 8.806,32	R\$ 8.806,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	de nozzles (bocais) obstruídos; Itens Inclusos: cartucho colorido, cartucho preto, cd Instalação c/ manual, pedestal; Garantia de 1 ano on-site.					
02	CÓDIGO PMV: 5.52.19.0292-5 MÁQUINA PLOTTER DE RECORTE DE MESA Complemento: Plotter de Recorte Eletrônico com as seguintes características mínimas: Largura de alimentação de papel: 1305mm; Largura de corte: 1205mm; Força máxima de corte: não inferior a 600gf - Velocidade máxima de corte: não inferior a 500mm/s; Resolução mecânica: não inferior a 0,025mm; - Precisão de distância: 0,1mm ou 0,1% do comprimento plotado; Sistema de corte de contorno com sensor óptico; Painel de controle com display digital; Interface de conexão: USB, Ethernet e Wi-Fi; Alimentação: Bivolt 100V a 240V 50- 60Hz; Itens adicionais: suporte para rolo, pedestal, software para cabo/adaptador de energia, cabo USB com no mínimo de 2,00m de comprimento, manual do usuário em português.		UN	1	R\$ 8.873,11	R\$ 8.873,11
VALOR TOTAL DO LOTE 03						R\$ 17.679,43

(nome e identificação do representante legal)

1. INSTALAÇÃO E GARANTIA

1.1 - Todos os equipamentos deverão ser entregues e instalado no local estabelecido.

1.2- Assistência técnica e garantia: mínimo 12 meses.

1.2.1 - Os serviços de garantia deverão ser prestados obrigatoriamente pelo fabricante dos equipamentos ou pela assistência técnica autorizada, durante todo o período de cobertura, sempre sob a responsabilidade do fornecedor, que será comunicada imediatamente quando da abertura de um chamado técnico;

1.2.2 – O fornecedor está obrigado a providenciar, junto à fabricante dos equipamentos, o produto garantia estendida “on-site” para cobrir o período de 48 (quarenta e oito) meses, a ser prestado de acordo com as seguintes condições a serem observadas durante toda a vigência da garantia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

1.2.3 - As peças de reposição deverão ser originais do fabricante e de qualidade, com características técnicas equivalentes ou superiores às do equipamento defeituoso;

1.2.4 - O atendimento ao(s) chamado(s) para manutenção de equipamentos e seus dispositivos, dentro do período de garantia, deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de abertura do chamado (por e-mail, telefone ou website), no local de entrega do equipamento, considerando a sede do Espaço Maker;

1.2.5 - Todos os drivers dos componentes do equipamento para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no sítio do fornecedor do equipamento durante todo o período de garantia;

1.2.6 - O prazo para reoperacionalização de equipamento defeituoso deve ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias corridos após a abertura do chamado. Caso o problema não seja solucionado no prazo informado, deverá obrigatoriamente ser disponibilizado, temporariamente, equipamento com características e funcionalidades similares ou superiores ao equipamento com defeito, durante o prazo de reparo;

1.2.7 - Havendo necessidade de substituir o equipamento defeituoso, deverá ocorrer a substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados a partir do vencimento do prazo dado para reoperacionalização do equipamento, ficando a cargo da contratada todas as eventuais despesas referentes à retirada/envio/transporte de equipamentos e/ou componentes substituídos;

1.2.8 - Durante o prazo de garantia o fornecedor fica obrigado a substituir os equipamentos sempre que houver vício insanável, no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação do problema, sem ônus para o CONTRATANTE;

1.2.9 - O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima inclui mão de obra, peças e em caso de necessidade de manutenção fora das dependências do Espaço Maker, transportes e seguros também se aplicam a mesma garantia;

1.2.10 - A garantia técnica, oferecida pelo fabricante, deve contemplar a substituição do disco rígido, em caso de aviso de pré-falha, identificado pelo software de gerenciamento;

1.2.11 - A garantia não será afetada caso o Espaço Maker, venha a instalar placas de rede local, de faxmodem, interfaces específicas para acionamento de outros equipamentos, adicionar unidades de disco;

1.2.12 - A assistência técnica credenciada pelo fabricante deverá possuir mão de obra qualificada/especializada e ter endereço na grande Vitória-ES;

1.2.13 - O endereço para assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO II (DO EDITAL) - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DO PORTE DA EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2020

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

SEGES/GCL/CCL

DECLARAÇÃO

A empresa (nome empresarial), inscrita no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr^(a), portador(a) do CPF n.º, **DECLARA**, sob as penas da lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos critérios estabelecidos na Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações posteriores, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(nome e identificação do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO III (DO EDITAL)- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

LOCAL E DATA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

SEGES/GCL/CCL

DECLARAÇÃO

A empresa _____(Nome da Empresa)_____, estabelecida à _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos para participação no **Pregão Eletrônico n.º 038/2020**.

(nome e identificação do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

**ANEXO IV (DO EDITAL) - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988**

LOCAL E DATA

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

SEGES/GCL/CCL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2020

DECLARAÇÃO

A empresa _____(Nome da Empresa)_____, estabelecida à _____(Endereço Completo)_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(local e data)

(nome e identificação do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)